

(Texto com revisão.)



PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o Ofício nº 1332/23, firmado pelo Sr. Sebastião Melo, prefeito municipal de Porto Alegre, por meio do qual informa seu afastamento do Município das 17h do dia 2 até as 12h do dia 4 de maio de 2023, a fim de participar, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, de reunião de trabalho da Frente Nacional dos Prefeitos, visando à construção de encaminhamentos para o financiamento do transporte coletivo. Apregoo o Ofício nº 1531/23, firmado pelo Sr. Sebastião Melo, prefeito municipal de Porto Alegre, por meio do qual informa seu afastamento do Município do dia 20 até às 12h do dia 28 de maio de 2023, para participar do Encontro Internacional de Cidades Eco-Educativas, na cidade de Roma, Itália.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, Ver. Hamilton; colegas vereadoras e vereadores; público que acompanha a nossa sessão nesta tarde; eu queria chamar a atenção dos colegas vereadores e vereadoras, porque trago nesta tarde um assunto que eu creio ser de extrema importância, de extrema importância. Eu estou nesta Casa há cinco mandatos – é o meu quinto mandato; eu sou vice-presidente da Comissão de Ética; membro da Mesa Diretora; fui liderança do PT no primeiro ano desta gestão; fui líder da oposição no ano passado; hoje, estou na condição de vice-líder. Agradeço aqui ao meu colega Ver. Robaina por ceder este espaço, Ver. Ruas, e trago aos senhores e às senhoras um tema que me preocupa muito, mas muito mesmo, porque nós, vereadores e vereadoras, devemos dar o exemplo para nós mesmos, para a Casa e para a sociedade; por isso, Sr. Presidente, senhoras e senhores vereadores, eu gostaria de muita atenção ao que tenho a apresentar hoje neste plenário. Chegou ao meu gabinete uma denúncia, isso na segunda-feira ainda,

quando nós debatíamos aqui vários projetos da Ordem do Dia, que eu acredito ser de uma certa ingenuidade até, eu diria, porque chegou ao meu gabinete uma denúncia que, por sua suposta gravidade, o inc. VII do art. 2º do nosso Código de Ética Parlamentar me obriga a compartilhar com todos os parlamentares da tribuna. Sr. Presidente, pergunto: qual o embasamento legal que há para que uma pessoa lotada no quadro funcional do Senado Federal, ao invés de prestar serviço naquela instituição, supostamente, esteja prestando serviço para uma vereadora desta Casa, no plenário e nas comissões permanentes? Ver.^a Mônica, Ver. Cassiá, seria de conhecimento de V. Exas., quanto ao senador Luis Carlos Heinze, o fato de ter uma assessora de seu gabinete, que deveria prestar expediente no seu escritório político, e supostamente presta expediente em gabinete de uma vereadora aqui em Porto Alegre, na Câmara de Vereadores? Por isso, eu quero comprovar isso que eu estou falando; pediria, nobre diretor, que colocasse ali as informações que ora quero compartilhar com os colegas. No dia 24 de janeiro, o Diário Oficial de Porto Alegre publicou a exoneração deste Legislativo, da Sra. Cristina Menin Schneider, lotada no gabinete da Ver.^a Comandante Nádia, a contar do dia 18 de janeiro. Os senhores podem ver, está ali o comprovante. (Projeção de imagens.) A mesma já havia sido nomeada no Senado Federal, no dia 16 de janeiro, lotada no gabinete do senador Luis Carlos Heinze, como está ali o comprovante que os senhores podem ver. Porém é fato, como todos nós visualizamos durante praticamente todas as sessões do plenário deste ano, a presença da funcionária do Senado Federal, assessorando uma vereadora, com crachá da Câmara, com acesso livre ao plenário, a assessorar a nobre colega, Ver.^a Comandante Nádia. Possivelmente quem acompanha as sessões de plenário pela TVCâmara poderá notar a movimentação dessa funcionária federal, assessorando a Ver.^a Nádia. Senhor Presidente, isso é permitido? Existe algum convênio com o Senado, alguma parceria? Eu sou membro da Mesa Diretora e nunca ouvi o senhor falar sobre isso. Nas imagens em tela, essa mesma funcionária do Senado responde pela Ver.^a Nádia em grupo de trabalho da assessoria dos vereadores componentes da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal de Porto Alegre, inclusive colocando

o termo assinado, nobre Presidente. Teria ela a senha do mandato da vereadora no SEI da Casa para assinar documentos desta Casa? Senhor Presidente, senhoras vereadoras e senhores vereadores, vejam que não estou fazendo nenhum juízo de valor, eu estou apenas apresentando nesta tribuna, Ver.^a Nádia, denúncia supostamente grave que pode e deve ser investigada com toda a lisura possível. Ou algum dos senhores, colegas vereadores e vereadoras, já fez isso e não foi chamado a atenção por ninguém? Causa-me estranheza, pois eu estou aqui há cinco mandatos e nunca ouvi falar nisso. Pelo que fui informado, já há ocorrência policial sobre o fato, que deverá resultar em abertura de investigação. Vamos ver se, de fato, a nobre colega Ver.^a Nádia consegue esclarecer para nós, porque para nós está claro. Supostamente está claro de que essa funcionária, como foi comprovado ali, lá do Senado Federal, do senador do Estado do Rio Grande do Sul, para concluir, não está no gabinete do senador – que tem direito de ser aqui no Estado –, está na Câmara de Vereadores de Porto Alegre; isso é legal, é regimental? Senhoras e senhores, cá para nós, nós temos que entender que, para a sociedade nos trazer a esta tribuna, nós temos que dar o bom exemplo, e esse eu acho que é um péssimo exemplo. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PTB): Boa tarde a todos, quero saudar o nosso Presidente, Ver. Hamilton Sossmeier; demais colegas vereadores, público que nos assiste. Hoje eu quero falar sobre esperança, falar sobre vida e falar sobre tempo. No dia 31 de março deste ano, eu tive a honra de participar do evento de celebração de 61 anos do Colégio Notarial do Brasil, Seção Rio Grande do Sul, e também do lançamento da Central Notarial de Doação de Órgãos - uma iniciativa pioneira no Brasil. Atualmente é possível manifestar e registrar o seu desejo de se tornar doador voluntário de órgãos e tecidos de forma gratuita e em qualquer Tabelionato de Notas no nosso Estado,

para isso basta procurar um tabelionato na sua cidade, com documento com foto, indicar um telefone de contato em caso de morte, irá autorizar essa doação e assim assinar a escritura pública declaratória. É um registro público do desejo de doação de órgãos e tecidos, mesmo assim a última palavra acaba sendo da própria família, a família ainda pode decidir se quer ou não doar órgãos e tecidos dos seus familiares, mas a escritura pública é mais uma forma de sensibilizar a família sobre o seu último desejo. A Central Notarial de Doação de Órgãos é um sistema que possibilita a consulta pelos hospitais e a Central de Transplantes do Rio Grande do Sul, de forma sigilosa, de todas as escrituras públicas declaratórias contendo a manifestação de vontade relativa à doação de órgãos. E é com muita alegria que eu compartilho aqui, na condição de presidente da Frente Parlamentar da Justiça Registral e Notarial e na condição de cidadã, mas acima de tudo, como ser humano, a minha alegria de ter registrado em cartório a minha intenção de ser doadora de órgãos e tecidos. E aqui eu quero mostrar a todos esta escritura. É uma escritura pública, eu fiz a minha comprovando então o meu desejo de doar órgãos e tecidos. E o que me enche ainda mais de orgulho é que esta escritura pública que aqui eu compartilho foi sem nenhum custo, e, mais: parece um simples papel, olhando assim parece um simples papel, mas esse papel tem condições de salvar vidas. Exatamente isso, estou falando que, quando eu morrer, provavelmente oito vidas serão transformadas e ganharão uma nova oportunidade. Existem casos, como posso citar aqui do jornalista Gugu que, em sua morte, beneficiou mais de 50 pessoas com a doação de tecidos e órgãos. Temos que perder o medo de falar sobre a morte, pois, afinal, ela é a única certeza que temos nessa vida. E ao falarmos de doação de órgãos e tecidos, estamos falando sobretudo de esperança e de vida. E para aqueles que seguem temerosos, lembro também que falar sobre doação de órgãos e tecidos não é só falar sobre a morte, afinal transplantes podem ser feitos entre vivos, como os de rins, enfim, podemos doar medula, sangue, plaquetas. Quero compartilhar que há mais de dez anos, no mínimo umas duas vezes por ano, eu reúno um grupo de pessoas, a minha equipe, apoiadores e juntos nós fazemos uma ação coletiva de doação de sangue nos diversos

hemocentros que nós temos. E agora quero declarar, de forma pública, que também sou doadora de órgãos. Essa declaração pública eu fiz nesta última segunda-feira, dia 15 de maio de 2023, no 7ª Tabelionato de Porto Alegre, e esse dia sempre memorável para mim. Lá estivemos eu, meu esposo, o Deputado Elizandro Sabino; o presidente da Anoreg, Pedro Lamana Paiva e sua esposa Yara; o Desembargador Giovanni Conti e a sua esposa Carmem; a vice-presidente do Colégio Notarial do Brasil, a tabeliã Rita Bervig e seu esposo também registrador de imóveis, o Guilherme. E todos nós, então, fizemos essa escritura pública, que expressa, nos termos da lei, o nosso propósito de promover a vida. Em nome desse grupo e das mais de 50 mil pessoas que estão hoje na fila esperando um transplante, eu convido a todos que estão me ouvindo, neste momento, a se utilizarem da Central Notarial de Doação de Órgãos e irem a qualquer cartório do nosso Estado para se registrar como um doador. Aproveito, para finalizar aqui, Presidente, para compartilhar também que, mais uma vez, graças a uma parceria com nosso Executivo, esse tema tão vital já está circulando também nos *busdoor* da cidade, aquela divulgação que fica atrás dos ônibus da Carris e nos relógios de rua. Muito obrigada ao nosso prefeito de Porto Alegre por essa parceria.

(Não revisado pela oradora.)

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Sr. Presidente, eu gostaria de registrar a minha estranheza com relação à denúncia feita por um vereador do PT, que denunciou alguém que trabalha, nada mais irônico, para o PT, do que isso. Mas o que me chama atenção é que nós aprovamos, nesta Casa, uma lei contra a violência política de gênero e por que esse vereador não foi denunciar o senador? Se, supostamente, essa assessora é lotada no gabinete do senador, por que ele não vai atacar a ele e vem atacar uma mulher, aliás, duas mulheres? Então, aproveitando que o Márcio Bins Ely, que é o presidente da Comissão de Ética, está no plenário, gostaria que ficássemos atentos, porque me parece que o vereador do PT, o Aldacir Oliboni, pode estar cometendo violência política de

gênero, pois ataca duas mulheres e não quem de direito, que é o Senador Heinze. Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feito o registro.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Sr. Presidente, não há nenhum ataque a ninguém aqui. Eu recebi uma denúncia e supostamente coloquei aqui para compartilhar com os colegas vereadores. E cabe à Câmara investigar ou não, ou a Mesa Diretora se posicionar sobre isso, como a própria vereadora. A assessora, enquanto eu estava falando, estava ao lado dela, e ela pediu para ela se retirar, por quê? Eu mostrei claramente que os documentos são do Senado Federal. Não há uma questão particular dela aqui. Quem sou eu para questionar um senador? O próprio senador deveria saber onde é que estão os seus funcionários.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feito o registro.

Vereador Mauro Pinheiro (PL): Sr. Presidente, o que me estranha é que nós estamos há duas semanas debatendo nesta Casa, o Ver. Oliboni inclusive, em conjunto com outros vereadores, quanto a uma moção de solidariedade a uma pessoa porque não foi transitado em julgado. Agora, porque tem uma assessora de um senador, o Ver. Oliboni sobe à tribuna para atacar a vereadora desta Casa. O outro deputado, pelo que sei, veio à Casa com dois advogados para abrir uma acusação contra vereador. Não pode ter dois pesos e duas medidas nesta Casa. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feito o registro.

Vereador Jessé Sangalli (Cidadania): Eu queria só me somar à fala do Ver. Tiago aqui, acho que toda denúncia tem que ser apurada e não pode ser acobertada, como a gente tem observado acontecer nos últimos dias, aqui na

Câmara. Então é importante que a Câmara avalie os atos formais para a questão que foi trazida, mas também a gente não pode esquecer daquilo que está tentando ser acobertado aqui pela Câmara, nas últimas duas, três semanas.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feito o registro. A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, colegas vereadores, Presidente, público que nos acompanha. Um dia difícil para a democracia brasileira, depois de uma situação de cassação do então deputado federal Deltan, de uma situação de uma pessoa que agora é um parlamentar, que foi caracterizado pela fiscalização, pelo combate à corrupção; e por isso nós, vereadores, aqui em Porto Alegre, devemos seguir firmes na fiscalização, no cumprimento da nossa ação como parlamentares, da mesma maneira que nós esperamos que os nossos deputados federais não sejam calados e continuem fiscalizando, que nossos deputados estaduais também façam o seu trabalho e eu continuo firme aqui, no Município de Porto Alegre, realizando a fiscalização. É uma pena que a gente viva esse momento hoje, mas eu não poderia deixar de exercer o meu papel como vereadora, de trazer para vocês, vereadores, para o público da TVCâmara, detalhes do que acontece hoje na cidade de Porto Alegre. Essa foto aqui é a situação de uma sala de aula no Município de Porto Alegre, ondem inúmeros materiais chegam, todos os dias, na sala de aula. Materiais didáticos, que muitos de vocês viram, que foram comprados pelo *kit* MindLab, um *kit* sem nenhuma comprovação de que era necessária aquela compra, sem licitação, sem comprovação pedagógica, e que não tivemos nem treinamento por parte dos professores, que não está na grade curricular, e pior: nós temos um manual, Ver. Cassiá, por escola e inúmeros *kits*, ou seja, nem os professores conseguem ainda usar. É triste ver que R\$ 14 milhões foram para esses *kits* ainda com dificuldade de explicação.

Temos a outra situação em que nós temos os *kits* da MindLab, aqui, como vocês podem ver, inúmeros *kits* em sala de aula não sendo utilizados, porque os

professores não foram treinados. Na verdade, ainda estão faltando professores hoje no Município de Porto Alegre, Ver. Alex Fraga, mas nós temos *kits* no valor de R\$ 14 mil – R\$ 14 mil, Ver. Alex Fraga, suprem as 6 mil vagas de creche que faltam no Município de Porto Alegre, mas estão aqui, nas nossas salas de aula, sem nenhum acompanhamento pedagógico.

As telas interativas que nós temos hoje no Município de Porto Alegre, que foram compradas sem licitação por R\$ 6 milhões, essas telas estão lotadas nas salas de aula com tomadas simples, pedindo para estragar. Telas essas, Ver. Alex, que nós não temos nas principais redes privadas de Porto Alegre. Se pais e mães quiserem ver as principais redes privadas no Município de Porto Alegre qual a infraestrutura, não encontrarão, nos principais colégios, que colocam alunos da UFRGS, telas como essas que nós temos no Município de Porto Alegre; R\$ 6 milhões onde nós não temos uma caixa d'água, onde a água da escola vem de um grampo que está na rua, que não tem asfalto e tem esgoto a céu aberto – essa é a realidade da escola no Município de Porto Alegre. E diante dessa situação, por exemplo, aparelhos de ar-condicionado chegaram nas escolas onde não existe fiação.

E temos também a situação de mais Chromebooks do que crianças, ou seja, nós poderíamos conectar todas as crianças numa sala de aula de uma escola com 400 alunos ao mesmo tempo. Digam-me uma escola no Rio Grande do Sul que tem um Chromebook por criança. Será que ter um Chromebook por criança equivale a ter bons resultados na escola? Será que ter um Chromebook por criança equivale a termos professores em sala de aula e aprendizado? Não.

Essas dúvidas, nós, vereadores, e o Município de Porto Alegre precisamos ter esclarecidas. Por isso, quando eu comparo a minha situação aqui ao trazer esse caso de fiscalização ao que acontece em nível federal, nós, vereadores, precisamos estar cientes de que é nossa incumbência fiscalizar, e está diante dos nossos olhos e não é em uma escola, é em todas as escolas da nossa rede, essa é a realidade perante os nossos olhos.

Por último, aqui a situação que mostra que, de alguma maneira, nós não estamos valorizando o dinheiro público ou nós não estamos valorizando a educação. Nós

temos um adaptador para cada Chromebook, ou seja, nós temos um projetor, bastaria um adaptador para conectar. Nós temos, na verdade, é um adaptador por Chromebook. Ou seja, é rasgar o dinheiro do pagador de impostos. É rica a mãe da periferia que não tem vaga em creche? É ver que a população de Porto Alegre fiscalizando ou não está ciente do que está acontecendo. Custa R\$ 75,00 cada adaptador. Nós temos uma escola que tem quase 300 adaptadores; não tem 300 projetores.

Ou seja, diante da aberração que aconteceu ontem em Brasília, eu venho aqui trazer para os vereadores de Porto Alegre que debaixo dos nossos olhos estão acontecendo situações que merecem explicação. Somando o tal do montante de compras duvidosas, nós chegamos a R\$ 100 milhões. Eu peço alerta e a seriedade necessária para este Parlamento entender que Porto Alegre é onde compete a nossa jurisdição de fazer fiscalização e é lá que nós devemos estar atuando. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Sr. Presidente, Hamilton Sossmeier, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores; quero voltar a conversar sobre fios e cabos na nossa cidade e quero registrar que recebi essas imagens nesta semana, não vou mencionar quem me mandou porque não tenho a autorização dele para fazer isso, mas essa é a imagem que ficou dentre outras.

(Procede-se à apresentação.)

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): E pode passar para frente, olha ali, isso foi uma operação de substituição de fiação na nossa Rua Silveiro, aqui, no Menino Deus. É assim que as coisas acontecem. Esses são fios que retiraram, que deixaram no leito do passeio público, que não recolheram, ao menos, até o

dia em que eu estive conversando com eles. Pode ser que, agora, já tenham sido retirados, mas que ficaram, no mínimo, um dia esparramados na calçada e no leito das ruas. E eu tenho insistido nisso: Porto Alegre precisa cobrar, o Executivo, no caso, das nossas empresas responsáveis para que isso não se repita na cidade. Fica feio, vergonhoso, perigoso para quem por lá transita e para quem conhece a cidade. Nós precisamos, com urgência, colocar em execução a nossa lei que exige a retirada de fios e cabos inservíveis, sem uso, na nossa cidade de Porto Alegre. Está aí um dos exemplos que não pode ser repetir! Obrigado e um abraço a todos!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Presidente, colegas vereadores e vereadoras desta Casa, eu, mais uma vez, subo a esta tribuna como uma bandeira sobre os ombros que expressa a luta da população LGBTQIA+. Vir a esta tribuna e falar sobre a população LGBTQIA+, nos dias de hoje, pode, aparentemente, transmitir um certo processo comum, uma certa naturalidade, mas eu queria compartilhar com vocês que, um momento como esse, não tem nada de natural, Ver. Airto Ferronato, não tem nada de comum, nada de comum. A nossa história, a história da população LGBTQ é uma história de quem é tratado e foi tratado, ao longo da história, como pecador, como criminoso, foi tratado como doente. A nossa história é uma história de estigmatização, uma história de violência, é uma história de silenciamento. Eu imagino que talvez alguns vereadores e vereadoras não saibam, mas, hoje, é um dia muito importante para todas e todos nós, porque, há 33 anos, a Organização Mundial da Saúde, pela primeira vez, deixou de tratar a homossexualidade como doença. Eu digo isso para provocar uma reflexão entre os meus colegas. Imaginem vocês o que é carregar também sobre os ombros essa marca; carregar essa marca. Imaginem vocês o que é ser parte de uma

população vulnerabilizada, mas que, ao contrário de outras tantas, não encontra sequer no próprio lar, na própria casa, um ambiente de acolhimento, porque essa estigmatização, essa violência, aquilo que nós carregamos sobre os ombros, muitas vezes faz com que o ambiente das nossas casas seja também um ambiente de violência. Falando em violência, o nosso País, infelizmente, segue carregando o título de país que mais mata a população LGBT; um triste título que nós, ano após ano, renovamos, em especial pela violência que atinge travestis e transexuais. A população LGBT segue, apesar das vitórias, sendo uma população que vê as portas do mercado de trabalho sendo fechadas, as oportunidades sendo fechadas, o atendimento de saúde não é o mesmo para a gente como é para a população hétero-cis. E vejam, vereadores e vereadoras, algo que também não sei se é do conhecimento de todos e todas, mas Porto Alegre é a capital brasileira com maior índice de autodeclaração de pertencimento da população LGBTQIA+, e isso precisa fazer, Ver. Alex, com que esta Câmara reflita mais, se comprometa mais, porque nós temos colocado na lata do lixo um legado que nós construímos nesta cidade, uma cidade que, na sua Lei Orgânica, no artigo 150, diz que aqui devem ser penalizados os estabelecimentos comerciais que promovem práticas discriminatórias. Hoje nós queremos vir a esta tribuna e poder falar que Porto Alegre precisa de casas de acolhimento para a população LGBT vítima de violência; nós queremos vir, Presidente, para esta tribuna e falar que Porto Alegre precisa de um fundo municipal de promoção dos direitos da população LGBT; que Porto Alegre, que tem visto os seus conselhos sendo desmontados, precisa de um conselho municipal de valorização e promoção dos direitos da população LGBT; Porto Alegre precisa voltar a falar de uma educação inclusiva, que promova o respeito às mulheres, aos negros e negras e à população LGBTQIA+.

Gostaria de finalizar, Presidente, dizendo que de fato esta Casa precisa combater e enfrentar a ideologia de gênero. Porque enfrentar ideologia de gênero não é enfrentar um espantalho criado pela extrema direita; ao longo dos séculos existe, sim, uma ideologia de gênero que se consolidou, e essa ideologia de gênero é que oprime as mulheres, que cria um sistema de opressão dos

homens sobre as mulheres. A verdadeira ideologia de gênero construída ao longo do tempo é a que criou uma espécie de normalidade que não existe na vida real e que faz com que LGBTs, como eu, sejam vítimas de violência cotidianamente no nosso País. Hoje, eu venho a esta tribuna, Presidente, como único parlamentar assumidamente *gay* desta cidade, numa cidade que, volto a dizer, é a capital do País que mais tem LGBTs assumidos e autodeclarados, e essa é a sinalização de que esta Câmara precisa avançar muito, na sua representatividade e no seu compromisso de luta, e, por compromisso com essa luta, podem contar com o mandato coletivo e comigo lutando aqui na Câmara de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PODE): Boa tarde a todos que nos assistem, o que me traz aqui hoje é um momento de absoluta gravidade, um momento nacional de grande preocupação. Posso dizer que tudo começou com um inquérito inconstitucional lá atrás, ou ainda com o impedimento da nomeação do Ramagem para a Polícia Federal. Depois, uma série de crimes inexistentes na Constituição Federal embasaram ações ilegais contra políticos, lideranças e formadores de opinião neste País. Uma série de presos e perseguidos políticos, a revogação do indulto presidencial, viu-se de tudo nesses últimos meses. A tentativa diária de imputar crimes a Bolsonaro, sendo que todas as teses caíram por terra, sem fundamentação alguma, mostrando-se apenas narrativas, cortinas de fumaça para encobrirem os absurdos deste desgoverno, absoluta incompetência deste desgoverno, aliás, que se mostra capaz mesmo de quebrar o País, manter Lula em lua de mel, viajando e gastando milhões em cartão corporativo, com sigilo de 100 anos, e levando a cabo a sua nefasta vingança prometida contra todos aqueles que o desmascaram, mostrando os atos do governo mais corrupto da história deste País. Pura perseguição política e

censura. Vim aqui denunciar que nós não vivemos mais em uma democracia, meus colegas, e que não será permitida nenhuma oposição política consistente, só faz de conta. Bens congelados, canais desmonetizados, redes bloqueadas, passaporte retidos com canetaços, sem crime, sem processo legal, sem julgamento, apenas com a intenção de calarem vozes que divergem do sistema que estão implementando neste País, a retomada das oligarquias políticas e financeiras e a entrega de tudo o que temos do nosso País. A vingança política ora em curso é escandalosa; a cassação de um deputado – o mais votado do Paraná –, do meu partido, Podemos, pela Lei da Ficha Limpa, sem ele ter ficha suja, baseado em um projeto, aliás, baseado em um malabarismo judicial, a projeção de algo que poderia vir a ocorrer, um PAD inexistente, é puro malabarismo jurídico. Mais uma vergonha, decisão do pódio da infâmia que tomou conta deste País. O relatório feito por ministro amiguinho de Lula que se submeteu a receber tapinhas no rosto, aquele do “missão dada, missão cumprida”, deixa claro o recado ao Congresso Nacional: ou vocês se mexem, ou todos os que não estiverem de acordo com os rumos deste desgoverno poderão ter, sim, seus mandatos cassados retroativamente, seja por qual motivo for – motivos se tornaram irrelevantes.

(Aparte antirregimental do Ver. Jonas Reis.)

VEREADORA FERNANDA BARTH (PODE): E o senhor fique quieto, porque eu não aceito misoginia e nem importunação de gente que não gosta que mulher fale aqui na tribuna. O Ver. Jonas Reis sempre tentando atrapalhar a minha fala aqui. Quero que isto fique nos autos, fique registrado na taquigrafia: o Ver. Jonas Reis, constantemente, pratica violência política de gênero contra mim nesta Casa! Não vai me calar! Qual o motivo? Motivos se tornaram irrelevantes para perseguir a oposição neste País. Ou vocês, Congresso Nacional, tomam vergonha na cara ou os próximos serão vocês! O Congresso é a última resistência possível a toda destruição da democracia, das garantias constitucionais, do processo legal e dos direitos individuais inalienáveis do nosso

Brasil. E, todo dia, o art. 5º é fuzilado pelo governo e por aqueles que estão no poder. Hão de convir que todos os limites estão sendo ultrapassados e que o que vemos é o crime sendo louvado – para concluir, Presidente –, sendo estimulado, premiado, e aqueles que cumprem a lei, combatem a corrupção, sendo perseguidos, calados, sentenciados. Esse desgoverno bandidolatra e seus cúmplices poderosos já não têm nenhum pudor, pois hoje, visto a inação desse Congresso adormecido, salvo raras exceções, agem com a prepotência de quem sabe que nada os impedirá de continuar a sua escalada autoritária. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente Hamilton, demais vereadores, público das galerias, TVCâmara, venho a esta tribuna porque na minha opinião os fatos ocorridos em Brasília são muito tristes, Ver.^a Fernanda, e quero me solidarizar com a sua fala e com o ocorrido, porque é muito triste quando a gente vê um ataque à democracia. Porque isso é um ataque à democracia, cassar o mandato de um deputado federal com mais de 300 mil votos, o deputado com a maior votação do Estado do Paraná, e que todos nós sabemos que teve uma participação muito forte no combate à corrupção, através da Operação Lava Jato, e que simplesmente perdeu o seu mandato por lutar contra a corrupção. Isso me preocupa muito. Porque aqueles que sobem a esta tribuna todos os dias aqui para dizerem que defendem a democracia e que o ódio partia da direita estão demonstrando o quanto estão usando o ódio contra aqueles que lutaram contra a corrupção. É um exemplo vivo, Deltan Dallagnol está sendo cassado porque lutou contra a corrupção através da Lava Jato, porque está se dizendo, de forma forçada; que ele saiu antes do Ministério Público porque tinha problemas administrativos - que não tinha, porque se tivesse, já haveria ações administrativas, que não existiam e ele saiu antes.

Dessa forma, encerrou um ciclo e, depois de encerrado o ciclo, não pode ser aberto para continuar e cassar esse deputado. Eu vejo, de forma muito triste, esse fato, até porque nós temos três Poderes - o Legislativo, o Executivo e o Judiciário -, e o que estamos vendo é uma interferência do Poder Judiciário em cima do Poder Legislativo. E isso me preocupa porque está se perdendo o equilíbrio entre os Poderes, isso é muito ruim para a democracia, eu vejo como um ataque à democracia. Não é só nesse fato, nós podemos ver, e aqui não vou nem dizer se é ou não é culpado, mas há um ano e poucos meses retornou à Prefeitura de Canoas o prefeito Jairo Jorge, que também, através de medida judiciária, foi retirado da Prefeitura de Canoas, mais uma interferência do Judiciário, pois não existia um transitado em julgado, como muitos falam, para que ele fosse deposto como prefeito de Canoas. Então o que nós estamos vendo é a interferência do Poder Judiciário em cima do Poder Legislativo e do Executivo. Isso me preocupa. E, sendo um ataque à democracia, nós não podemos aceitar, sendo parte de um Poder.

Outra coisa que está estampada é como a esquerda - PT e outros – comemora, no dia de hoje, a cassação do mandato do deputado federal que lutou contra a corrupção, e muitos dos bandidos da Nação foram presos pelo trabalho do Sérgio Moro, Deltan Dallagnol. E, hoje, aqueles que foram julgados e condenados justamente, e que foi transitado em julgado, comemoram porque aquele que lutou contra a corrupção e a favor, sim, da democracia, está sendo punido. Eu me preocupo, e me preocupo muito, com essa interferência jurídica e com a cassação de um mandato simplesmente pelo ódio, a palavra que muitos gostam de usar, o ódio da esquerda, do governo federal e do seu presidente que já ameaçou dizendo, antes mesmo da eleição, que voltaria e se vingaria daqueles que puniram aqueles corruptos. Então, portanto, a minha solidariedade com o deputado federal Deltan Dallagnol, e a luta pela democracia começa agora, porque isso não vai parar pelo ódio da esquerda contra aqueles que não comungam com os seus atos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Presidente Vereador Hamilton Sossmeier; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu quero dizer que estou muito preocupado com esta Casa. O nível é muito baixo. Nós estamos envergonhados com o nível que está acontecendo aqui. Até o Presidente recém estava referindo que vai fazer uma reunião com todos os vereadores e vereadores. Eu acho muito bom, porque o nível está caindo. Nós estamos perdendo tempo de julgar processos, projetos do Executivo ou desta Casa mais rapidamente. Nós estamos há três ou quatro sessões aqui discutindo a mesma coisa. Quero afirmar aqui para quem não sabe que a Comissão de Ética, no ano passado, da qual eu era presidente, a Lourdes era corregedora e o Oliboni era o vice, nós julgamos vários vereadores, inclusive um que está na Assembleia foi punido com advertência pública. Portanto, já foi punido por esta Casa e quem sabe, se ficasse aqui, seria cassado. Então nós temos que ter cuidado com que a gente fala, o político não pode tudo, gente, seja de direita ou de esquerda ou vice-versa, não pode tudo. Cada um responde pela sua responsabilidade, cada um cuida do seu gabinete para não cometer erros. Nós somos vigiados pela população. Eu não defendo ninguém, eu tenho que defender o meu patrimônio, não defendo ninguém, e meu patrimônio maior é a minha pessoa, o meu caráter, a minha idoneidade. Estou há seis mandatos na política, nunca houve uma acusação contra mim, porque não existe. Um dia desses, para quem não sabe, desci da tribuna e fui para o meu gabinete, tinha uma acusação contra mim, uma pessoa que tenta há anos pegar alguma coisa minha e não consegue. Ele disse – entrou no Ministério Público – que eu tinha enriquecido ilicitamente, eu dei risada. Realmente eu tinha 14 imóveis, gente, eu jogava futebol e era treinador, modéstia à parte, bom jogador e bom treinador. Fiz um patrimônio, naquela época, de 14 imóveis, hoje, eu tenho três, e eu estou há 20 anos na política. Imagina, Ramiro, o que eu perdi. Eu perdi de ficar rico, mas ando na rua com a cabeça erguida, durmo tranquilo; quando não durmo, é porque há alguma coisa que eu não fiz de bom para a

sociedade. Nós precisamos mudar e respeitar mais, nós só nos atacamos, só batemos. Será que isso é política? Vamos refletir, cada um de nós. Nós precisamos votar, vamos votar rápido essas questões, se é moção ou não é moção, se é a favor ou é contra, mas temos que votar. Então, nós queremos ajudar. A única coisa que eu peço, Presidente, com a maior sinceridade e respeito que tenho por V. Exa., é que V. Exa. procure, junto conosco, usar a sua prerrogativa de Presidente, senão, o que nós não queremos, acaba sempre caindo no seu colo para decidir uma coisa que já está encaminhada erroneamente. Nós estamos dando apoio ao amigo. Esta Casa tem decidido muito na Mesa Diretora, e erra na Mesa Diretora. Este plenário é soberano! Eu não posso saber pela imprensa o que acontece na Mesa Diretora. Nós somos vereadores iguais aos da Mesa Diretora. A Mesa Diretora não tem o direito de tomar decisões pela maioria desta Casa, por mais que diga no regulamento, mas tem que ter ética, tem que ter moral, tem que ter respeito por esta Casa. Eu não posso ler no jornal que a Mesa Diretora decidiu isso, embora eu seja, muitas vezes, até a favor ou contra. Cada um de nós tem que responder pela nossa responsabilidade. Peço a compreensão das colegas e dos colegas para que nós possamos ser mais respeitáveis, porque, se não se respeita aqui, não vai se respeitar lá fora, e nós não seremos respeitados lá fora. Um grande abraço a todos, desculpe se eu agredi alguém, não foi o meu objetivo e sim que nós possamos votar, fazendo aquilo que o povo que nos elegeu espera de nós: os projetos andarem, votarem. Peço ao líder do governo também, com o maior respeito, que coloque os projetos do Executivo para serem votados, meu líder do governo, para que a gente possa fazer isso andar. Não está andando e nós estamos nervosos, nós estamos nos agredindo, nos digladiando. Vamos votar, que essa é a tarefa fundamental da nossa vinda do povo de Porto Alegre para esta tribuna, para esta Casa. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Presidente Sossmeier, antes de mais nada, agradeço a cedência do tempo do líder Ver. Gilson Padeiro, meus caros colegas, no mesmo dia que nós enxergamos uma luz no fim do túnel no sistema judiciário brasileiro, quando o nosso Tribunal Regional Federal da 4ª região, TRF-4, aqui em Porto Alegre, desfez uma decisão equivocada, tendenciosa do juiz da 13ª Vara Federal de Curitiba, conhecido como no LUL22, fazendo menção a Lula 2022. Por que ele tem esse apelido? Porque o *nick name* é o nome, o *login* de usuário do juiz federal no sistema da Justiça Federal. E esse juiz, esse vagabundo, pegou e disse que o julgamento de outro vagabundo, que é o Sérgio Cabral, um bandido, não era válido porque o ex-juiz Sérgio Moro deveria ser suspeito, não teria a possibilidade de julgar Sérgio Cabral. Justo Sérgio Cabral, que foi o último preso da operação Lava Jato a ser solto. Felizmente o nosso TRF-4, aqui de Porto Alegre, demonstrando uma luz no fim do túnel da Justiça brasileira, reviu essa decisão da 13ª Vara de Curitiba, e Cabral continua condenado. No mesmo dia, como a alegria do brasileiro que busca a justiça não dura muito, nós temos essa decisão absurda, abjeta, imoral do Tribunal Superior Eleitoral, que cassou o mandato do deputado federal melhor votado, o mais votado do Paraná. Por quê? Ele roubou? Ele roubou milhões, bilhões de reais? Ele meteu a mão no dinheiro público? Ele meteu a mão em dinheiro privado? Não, não, porque ele ousou levantar a sua voz e usar do seu dom para combater o sistema. O sistema contra-ataca, parece até título de filme, mas não é filme, não é ficção, é mais uma saga do sistema brasileiro com os seus corruptos, com as pessoas que se utilizam do seu cargo, das suas funções para o seu próprio bem e que se protegem numa aliança perniciosa que nós enxergamos em todas as esferas – em todas as esferas! Não pensem vocês que aqui no Município isso também não acontece! Não pensem vocês que não tem jogo de compadrio, de gente que não quer votar algum projeto que possa ferir algum colega ou ex-colega porque tem na sua mentalidade que nós, políticos, devemos nos proteger. Imorais! Nós devemos proteger é quem está fora dos muros desta Casa; nós devemos proteger a sociedade, a cidade de Porto Alegre, o Estado do Rio

Grande do Sul e o Brasil! Eu tenho absoluta convicção de que qualquer cidadão não espera que aqui nós façamos amigos; eu não vim para Câmara de Vereadores, eu não entrei na política para fazer amigos, para fazer compadre. Felizmente alguns ainda surgem, fazemos boas amizades, mas a minha função aqui não é fazer amigos e nem passar pano, nem fechar os olhos para o que os outros fazem. E o que nós vemos acontecer no âmbito nacional agora, o sistema contra-atacando, colocando um deputado, que é mais do que um deputado federal do Paraná, representa o Brasil inteiro e todos os brasileiros, sendo uma das vozes mais fortes no combate à corrupção, a corrupção que assola o País; a corrupção que assola a educação, que assola a saúde, que mata o sistema, busca calar aqueles que ousam se levantar contra eles. Mas, enquanto nós tivermos condições, enquanto nós tivermos voz, enquanto nós tivermos liberdade para poder apontar os erros e os caminhos que nós consideramos adequados e morais para que a sociedade evolua, nós estaremos aqui, eles não irão vencer.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (15h20min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, solicitando retirada de tramitação do PLL n° 023/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria do Ver. José Freitas, deferido pela presidência, solicitando a retirada de tramitação da Emenda n° 06 ao PLCE n° 004/23. Apregoo a Emenda n° 07, de autoria do Ver. José Freitas e da Ver.^a Comandante Nádia, ao PLCE n° 004/23.

Não há necessidade da dispensa do envio das emendas às Comissões, porquanto a emenda tramita sob a égide do art. 81 da Lei Orgânica.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o Requerimento s/nº, de autoria do Ver. Claudio Janta, solicitando a retirada da priorização do Requerimento nº 080/23. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Estamos votando o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta, que solicita a retirada da Priorização do Requerimento nº 080/23, aquele relativo à Sra. Giane Alves. Como os encaminhamentos já estavam encerrados, nós vamos partir para a votação imediatamente. O painel está aberto. “Sim” aprova o requerimento, “não” rejeita o requerimento.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): REJEITADO por 11 votos **SIM**; 19 votos **NÃO**.

Vereador Alexandre Bobadra (PL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a inclusão do Requerimento nº 084/23 na priorização de votação da presente sessão. (Pausa.)

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada para a presente sessão, passando-se imediatamente à apreciação de alguns projetos do Executivo. São quatro ou cinco projetos, em vista de tantos projetos de vereadores que nós já votamos; então eu quero consultar o plenário para que fizéssemos isso.

Vereador Alexandre Bobadra (PL) (Requerimento): Presidente, eu quero alterar o meu pedido. Solicito a inclusão do Requerimento nº 084/23 na priorização de votação da sessão da próxima segunda-feira. (Pausa.)

Vereadora Fernanda Barth (PODE) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada para a presente sessão, passando-se, após a apreciação dos projetos de autoria do Executivo, ao Requerimento nº 080/23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, retificado, solicitando a inclusão do Requerimento nº 084/23 na priorização de votação da sessão da próxima segunda-feira. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**

Vereador Moisés Maluco do Bem (PSD): (Requerimento): Sr. Presidente, solicito alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada para a presente sessão, passando-se, após a apreciação de projetos de autoria do Executivo, ao PLL nº 080/23. (Pausa.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Consulto as lideranças se há acordo. (Pausa.) É uma questão de prazo.

Vereador Moisés Maluco do Bem (PSD): Tem homenagem marcada e eu só gostaria de pedir para vocês votarem ou rejeitarem o título de cidadão do Zanetti. Se puder colocar em votação, orientado pelos líderes da bancada, se desse para priorizar que fosse o próximo, porque é uma votação rápida, ninguém vai discutir, ninguém vai encaminhar. (Pausa.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Consulto as lideranças.

Vereador Márcio Bins Ely (PDT): Há dois títulos para votação hoje; solicito que se votem os dois.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Só uma observação: acho que é bom chamar.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Vou chamar os líderes de bancada, por favor.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente, há uma contradição entre o requerimento do Ver. Idenir Cecchim e os demais requerimentos, porque, obviamente, votando um título, os demais têm direito também. Eu não sou contra. Eu acho que nós temos que acertar. O requerimento do Ver. Idenir Cecchim é um, os requerimentos posteriores, inclusive da liderança do governo, são bem diferentes e contraditórios. Nós temos que conversar com Vossa Excelência.

Vereador Moisés Maluco do Bem (PSDB): Presidente, por isso – e respeito a condução do líder do governo – que eu disse que após os projetos eu gostaria de pedir para apreciar o título, para não desrespeitar, por óbvio, o pedido do líder do governo.

Vereador Márcio Bins Ely (PDT): Na Ordem do Dia, só tem dois títulos.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Vamos fazer o acerto aqui, organizar com o diretor legislativo, só vamos organizar, não existe nenhuma contrariedade. Chamo os líderes das bancadas, juntamente com o líder Cecchim. Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h27min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (15h30min) Estão reabertos os trabalhos.

Quero agradecer aos líderes pela compreensão em votarmos alguns projetos, inclusive o do Ver. Moisés Maluco do Bem, que já tem prazo.

Em discussão o PLL nº 080/23. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação o PLL nº 080/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 36 votos **SIM**.

Em discussão o PLL nº 233/22. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal o PLL nº 233/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 36 votos **SIM**.

Em discussão o PLL nº 068/23. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação o Requerimento nº 085/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Temos o requerimento de autoria do Ver. Alvoní Medina, que solicita a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLL nº 374/22. (Pausa.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o PLCE nº 002/23. (Pausa.) Não há mais quem queira discutir. (Pausa.) Em votação o PLCE nº 002/23. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Presidente Hamilton Sossmeier, serei muito breve, vereadores, vereadoras, este projeto nós discutimos em sessão anterior e lembro que a ilustre Ver.^a Cláudia Araújo o retirou para nos trazer algumas explicações sobre o mesmo, porque ele não estava claro e não está. Não houve nenhuma explicação, não houve nenhuma mudança de entendimento, encaminho contrariamente à aprovação deste projeto. Obrigado. (Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o PLCE nº 002/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a manifestação contrária dos vereadores Pedro Ruas, Aldacir Oliboni, Prof. Alex Fraga, Giovani Culau, Jonas Reis, Roberto Robaina e Biga Pereira.

Em discussão o PLCE nº 004/23. (Pausa.) A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigada, Presidente Hamilton, colegas vereadores e vereadoras. Este projeto é um projeto que diz respeito à liberdade. Liberdade essa que, muitas vezes, está sendo cerceada. Liberdade essa que, muitas vezes, quer camuflar as verdades, que quer camuflar aquilo que mais é caro para todos nós, o emprego, o trabalho. Esse projeto do Executivo é de uma regulamentação em que a liberdade econômica, ou seja, para aqueles empresários que desejam colocar os seus negócios possam ter uma automaticidade, possam ter uma flexibilidade, possam ter uma agilidade, celeridade maior na abertura do seu negócio. No entanto, quero dizer aos senhores que a Emenda nº 06, de minha autoria e do Ver. José Freitas, faz com que ferros-velhos, desmanches, locais em que tenham o recebimento de ferro-velho, como eu bem disse antes, estejam um tanto quanto fora da questão da liberdade econômica. E por que isso? Porque, atualmente, nós estamos vivendo uma pandemia de roubo de fios de cobre por toda a cidade, e dessa forma, Ver. Tiago, nós não queremos que esse tipo de negócio tenha uma liberdade maior na abertura, mas que seja um tanto quanto mais controlado pela Prefeitura, para que a gente não tenha laranjas, para que a gente não tenha a abertura de ferros-velhos que são receptores de fios furtados de Porto Alegre. Então, eu só vim aqui explicar para os colegas que esta emenda de autoria do Ver. José Freitas e minha vem também dar um basta, de certa forma, a essa questão de compra de fios, de cabos, de tampas de bueiro, de hidrômetros que estão sendo furtados pela capital afora e sendo receptados, porque são produtos de furto, de crime, por parte de algumas - não todas - empresas que são de ferro-velho, de

reciclagem e tudo mais. Então, neste momento em que Porto Alegre está no combate muito forte do roubo de fios de cobre, esse segmento não terá tanta liberdade na sua abertura, tendo que, necessariamente, passar pela Prefeitura, para que a gente não sofra o que estamos sofrendo ao longo desses últimos meses: toneladas e toneladas de fios sendo furtados, as pessoas sem luz, hospitais tendo que contratar mais geradores, para que não tenham problemas com os pacientes. Então peço o “sim” dos colegas à Emenda nº 06, e “sim” ao projeto, porque é um projeto que libera, que faz com que empresários tenham liberdade econômica. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que as Emendas nºs 01, 02, 03, 04, 05 e 07 ao PLCE nº 004/23 sejam votadas em bloco. Quero aproveitar que a Ver.^a Comandante Nádia está na tribuna e, como, a todas as emendas, o governo é favorável, eu queria propor um bloco de todas as emendas para serem votadas juntas.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Consulto o líder Idenir Cecchim, se houve acordo com a oposição para o bloco. (Pausa.) Houve acordo?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): São as Emendas de nº 01 a 07, observando-se que a Emenda nº 06 foi retirada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Consulto, se há acordo dos líderes para formar um bloco das Emendas de nº 01 a nº 07. (Pausa.)

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, solicitando a formação do bloco das Emendas nºs 01, 02, 03, 04, 05 e 07 ao PLCE nº 004/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA** a formação do bloco.

O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLCE nº 004/23.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado, Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, quero aqui pedir o apoio para Emenda nº 02 ao PLCE nº 004/23, que altera o *caput* do art. 29-A, a ser incluído na Lei Complementar 12/75, conforme segue... Vou economizar tempo aqui porque ela é bem clara: “A alteração proposta visa garantir, expressamente, sem dar qualquer margem de outra interpretação do poder público, que é direito de toda a pessoa, natural ou jurídica, o desenvolvimento de atividade econômica de baixo risco, sem a necessidade de atos públicos de liberação da atividade econômica.” Ou seja, a emenda é uma correção do projeto, pois, além de não deixar dúvida, visa à facilidade da fiscalização, deixar expresso, portanto, que sabemos que a Lei de Liberdade Econômica não exige alvará das atividades de baixo risco, mas sabemos também que tudo em que se deixa lacuna na lei fica complicado, e nós queremos expressar. Peço o apoio de todos, já tem anuência do prefeito ou da Prefeitura ou do Executivo, como queiram, para que nós possamos votar essa Emenda nº 02, que eu considero muito importante para o projeto, o projeto é muito bom, vamos votar, sem dúvida, quase todos aqui favoráveis, e esta emenda vem completar o projeto dando liberdade, tranquilidade e deixando expressamente claro no projeto qual a sua finalidade. Obrigado, Presidente.
(Não revisado pelo orador.)

Vereadora Comandante Nádia (PP): Presidente, só por uma questão de ordem, eu ali falei na Emenda nº 06; na verdade, não é a Emenda nº 06, é a Emenda nº 07 que substitui a nº 06, mas que está dentro do bloco. Então, só para os colegas não se enganarem. A nº 06 virou a nº 07, mas tem a mesma redação sobre forçar-se mais a abertura de ferros-velhos, desmanches, nós vamos apertar, nesse caso, esse segmento. Obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Perfeito.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O bloco fica formado pelas Emendas nºs 01, 02, 03, 04, 05 e 07, uma vez que a nº 06 foi retirada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para discutir o PLCE nº 004/23.

SRA. MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadores. Projeto muito importante para a Prefeitura de Porto Alegre, que encaminhou, e nós, do Partido NOVO, gostaríamos de registrar que, ao estarmos renovando toda a maneira de empreender na cidade de Porto Alegre, visando à inovação, visando aos novos negócios, é algo que merece aplausos. Por isso, hoje, encaminhamos a Emenda nº 03, de autoria do Partido NOVO, no qual abre um leque para que a gente consiga ter agilidade na concessão de alvarás para os novos negócios que virão. Tenho certeza que o Código de Postura, que data de 1975, abre margem agora para o futuro da cidade, para os novos empreendimentos, para aqueles negócios que irão surgir na nova geração. Então, eu tenho certeza que cada vez mais Porto Alegre busca inovação, busca que as leis se moldem a essa nova economia. Parabéns ao Legislativo, que tenho visto ter uma grande aceitação para esse projeto, e à Prefeitura, por encaminhar esse projeto. Obrigada.
(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para discutir o PLCE nº 004/23.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PODE): Vim aqui encaminhar a Emenda nº 05, que trata da questão do Alvará dos hortifrutigranjeiros, e dizer que fico muito feliz de poder estar assinando essa emenda, visto que temos um apoio a toda a produção da área rural de Porto Alegre, pequenas, médias propriedades, podendo incluir agricultura urbano e periurbana, para que as pessoas que

produzem os alimentos tenham maior facilidade para comercializar os seus produtos. Estava mais que na hora de que esse assunto fosse abordado e agraciado com os princípios da lei da liberdade econômica. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o bloco composto pelas Emendas nºs 01, 02, 03, 04, 05 e 07 ao PLCE nº 004/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 25 votos **SIM**; 8 **ABSTENÇÕES**. Está aprovado o bloco.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Registro o voto favorável do Ver. Alexandre Bobadra.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitado pelos vereadores Jonas Reis e Aldacir Oliboni, o PLCE nº 004/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 26 votos **SIM**; 9 **ABSTENÇÕES**.

Em discussão PLE nº 043/22. (Pausa.) A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, Presidente; boa tarde colegas vereadores. Temos um projeto de lei nesta Casa hoje que aumenta os custos do município de Porto Alegre: são R\$ 15 milhões a mais que nós estaremos colocando no orçamento de Porto Alegre em custo de pessoal, por quê? Porque os cargos que estão sendo extintos não estavam sendo ocupados, eram cargos muitos antigos que não tinham ocupação; o que nós vemos é que estaremos abrindo hoje 79 cargos no custo de R\$ 15 milhões anuais para o município Porto Alegre. Eu pergunto: foi apresentado para algum dos vereadores onde nós utilizaremos esses cargos? De minha parte, o que veio no projeto de lei é apenas que irão para a administração direta. Foi colocado algum estudo de por que não fazer uma contratação emergencial e ver para que nós utilizaremos esses cargos e se é necessário abrir concurso e colocar mais servidores públicos

no município de Porto Alegre? É uma pergunta que não foi respondida. O que eu sei hoje é que R\$ 15 milhões a mais no orçamento anual seriam 6 mil vagas de creche para as nossas crianças. É difícil entender as escolhas que estão sendo feitas na data de hoje, mas eu tenho certeza que a informação não chegou ao gabinete nem à bancada do Partido NOVO, por isso nós estaremos votando “não”, porque estaremos aumentando o custo anual do município de Porto Alegre em R\$ 15 milhões sem a devida justificativa, extinguindo cargos que não estavam sendo ocupados, e nós precisamos entender o real Impacto disso para a população. Diante dessas informações, encaminho o voto “não” da bancada NOVO, e gostaríamos de ter maiores detalhes por parte da Prefeitura de Porto Alegre sobre por que criar tantos cargos de engenheiro, uma vez que a nova lei de licitações – hoje ainda não atuante no município de Porto Alegre – já abrange, por exemplo, projetos dos próprios engenheiros, não precisaríamos engenheiros no quadro da Secretaria de Obras, da Secretaria de Educação ou da Secretaria de Saúde. É de se perguntar por que, diante de novas leis que ainda não adequamos no município de Porto Alegre, estamos sobrecarregando novamente o bolso do pagador de impostos do nosso Município.

Diante desses fatos, encaminho o voto “não” do Partido NOVO e peço que tenhamos maiores informações para conseguir elucidar os demais vereadores diante da votação. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para discutir o PLE nº 043/22.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, pagadores de impostos que nos acompanham nas galerias e também pelas redes sociais da Câmara, subo para fazer coro à minha líder, Ver.^a Mari Pimentel. Para começar a minha fala, lembrando de uma saudável provocação que o líder do governo nos fez, Ver. Cecchim, semana passada, quando foi aprovado um projeto parecido. Vossa Excelência, após a votação,

veio ao microfone de apartes e deu uma cutucada política, dizendo “o NOVO votando contra a extinção de cargos”. Não deu tempo de a gente conversar, foi aquela conturbada toda, mas eu trouxe uma imagem, líder, que eu gostaria de mostrar no telão, que para mim exemplifica aquele projeto e também este projeto. (Mostra imagem.)

Eu tenho uma imagem que mostra o que o governo está fazendo. Quando eu extingo cargos que já não estão ocupados, é como se eu tivesse ou me refrescando no polo aquático, ou lavando o carro na rua, porque a verdade é que esses cargos já não geram custos para o pagador de impostos, mas o Executivo está criando novos cargos, como bem pontuou a nossa líder, sem a devida justificativa, com impacto previsto para este ano de R\$ 11 milhões. Portanto, de uma maneira bem-humorada, meu líder, e claro, respeitosamente dentro do debate político, eu subo a esta tribuna para dizer que o NOVO não é contra corte de cargos de máquina pública, nós somos contra enxugar gelo, quer dizer, você cortar cargos que já não estão ocupados, muitos outros obsoletos, e criar novos cargos que vão acabar gerando um impacto potencial possível de R\$ 11 milhões em 2023. Por isso vamos votar contra, porque, assim como na semana passada, este projeto não se trata de redução da máquina pública, se trata de cortar cargos que já não estão ocupados e criar novos cargos, novas despesas para a máquina pública. Vamos votar “não”, portanto. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLE nº 043/22.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, este debate, no que tange à criação de novos cargos, este projeto aqui pode ajudar a suprir necessidades que existem no serviço público. Eu fico escandalizado que pessoas que atuam no serviço público defendam contra a criação de cargos. Quer dizer, quem é que vai trabalhar? Os nobres vereadores vão ser os engenheiros da Prefeitura? Eles vão ser os administradores? Essa é

uma pergunta aos vereadores do Partido NOVO, que vêm aqui e dizem que não, que não precisa, que não precisa cargo. Agora, eu pergunto: quando alguém se acidenta no trânsito e vem o SAMU, é o espírito santo que dirige o SAMU? O médico cirurgião que recebe no HPS a pessoa adoentada não é um servidor público? Então não tem que criar, não tem que suprir? Máquina pública, vou explicar para vocês, máquina pública são pessoas que operam a máquina pública. Não tem como ter máquina pública sem pessoas. Eu queria entender esse cálculo do Partido NOVO. O Partido NOVO, neste Brasil, é contra criar cargo de servidor via concurso, mas o Zema, governador lá de Minas Gerais, deu 298% de aumento no próprio salário. Aí, ele pode. Quer dizer, o salário do político do Partido NOVO pode receber 298% de aumento, e os secretários todos podem receber aumento, mas não pode ter servidor público para fazer a política para a população. Sem engenheiros, vereadores, não tem como fazer obras, não tem como acompanhar projetos. Sabem por que hoje as escolas estão com mais de 30 obras que não saem do papel? Porque o governo, até agora, não acordou para isso; não tem engenheiro concursado para dar conta da demanda reprimida, histórica. Então, quando a gente cria engenheiros aqui, a gente bate palma, isso é importante.

Agora, eu quero dizer um problema que tem no projeto. Aqui, extingue 100 cargos de auxiliares de serviços gerais. Infelizmente, as empresas terceirizadas de serviços gerais não estão cumprindo, muitas vezes, com os deveres delas: no final do ano, não pagam o 13º salário; não pagam o fundo de garantia; às vezes, não pagam férias; não pagam os direitos trabalhistas. E isso não é só em Porto Alegre, isso é no Brasil inteiro. É um conjunto de empresas que participam das licitações, vão lá, e vão fazer serviços gerais, contratam os funcionários, não honram com os direitos, e daí ninguém se responsabiliza, gente, nem o Judiciário, nem o Legislativo, nem o Executivo, e esses trabalhadores ficam à mercê. Então eu acho que aqui o prefeito erra, porque deveria ter cargo de auxiliar de serviços gerais na Prefeitura. São as pessoas que estão por trás de todas as estruturas mantendo em dia. Gente, não existe um hospital sem higienização; não tem como começar um turno de novo numa escola, terminar o

turno da manhã e começar o da tarde sem passar as equipes importantes da higienização das escolas, e hoje eles estão à mercê de empresas muitas vezes mal-intencionadas. Nós sabemos que existem, sim, empresários justos, pessoas decentes, mas temos visto um histórico horroroso em Porto Alegre: SLP, Sulport, APC já foram empresas que não cumpriram com seus deveres, aí fica um empurra-empurra: o governo diz que não recebeu os documentos, a empresa diz que não recebeu o dinheiro, mas, na realidade, a população recebeu o serviço e o trabalhador não recebe.

Então terminar com 100 cargos de auxiliar de serviços gerais não é o caminho correto. Isso aqui é um grande erro que está no projeto e que me permite não conseguir votar no projeto, apesar de ele estar criando cargos importantes, para os quais eu bato palmas, mas terminar com 100 cargos de pessoas que são humilhadas por essas empresas. Sabe o que é esperar até o final do mês para receber menos que um salário mínimo, chegar e não estar na tua conta? Aí na conta do prefeito o salário entra, porque o prefeito é servidor público; o do prefeito entra, não tem nenhum atraso no salário do prefeito, agora os auxiliares de serviços gerais de muitas empresas da capital não recebem. Tem um processo rolando na justiça das copeiras do HPS, que levam o alimento para os doentes, e até hoje elas não receberam seus direitos trabalhistas. Essas empresas são terríveis, então eu não quero que essas empresas se perpetuem, eu gostaria que esses cargos continuassem.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLE nº 043/22.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, hoje nós estamos assistindo uma coisa inédita: o Partido NOVO nos juntou com a oposição. Está bem diferente, Ver. Tiago, V.Exa. é um homem educado, mostrou com bom humor um polo aquático e uns carros bonitos que não é bem a realidade de Porto Alegre – não é, Ver. Jonas? –, mas foi de bom humor. Ao contrário da Ver.^a Mari, que também tem bom humor às vezes, mas

depois que ela quis ser secretária da Educação e não foi aceita, ela começou a denunciar a Secretaria de Educação, ela conseguiu misturar alhos com bugalhos, Ver. Cassiá. E ela deveria entender de TI, ela discutiu uma tela pelo tamanho e não pela capacidade que tem de *megabites*, sei lá o que é. Ver.^a Mari, a tecnologia da informação, o TI mudou, o que se viu e o que se copiou nessas telas foi a Secretaria ou a Prefeitura de São Leopoldo que tem, e fez as coisas corretas, e o prefeito de lá é do PT, não estou defendendo nenhum companheiro meu, o prefeito é do PT e fez uma licitação correta, porque, querer misturar Campinas do Sul que tem a metade da capacidade nas telas com essa, no mínimo, é um engano estrondoso, mas eu não acredito que seja só engano pelas últimas declarações da Ver.^a Mari. E agora que ela pensa que vai ser candidata a prefeita, porque já fez a prova para ser candidata a prefeita, ela quer ocupar o espaço da oposição. Mas a Ver.^a Mari não vai ter espaço porque a oposição já está com o espaço tomado, vereadora, então a senhora vai ter muita dificuldade por um lado e para o outro. E hoje nós estamos vendo que, numa votação de hoje e como foi a da semana passada, está na hora de repensar, o Partido NOVO está na hora de repensar os seus representantes, excluo aqui o Ver. Tiago que tem se portado, muito bem-educado. Então, só para sinalizar, este projeto é bom, conseguiu unir a oposição e a situação, os cargos vão ser criados, mas não vão ser preenchidos, o prefeito Mello já disse: “Não quer dizer que eu vá preencher, se precisar, vamos preencher.” Inclusive a dúvida do Ver. Jonas, que as terceirizadas não cumprem com dever: dentro desses cargos tem auditores, tem fiscais para fiscalizar o trabalho das terceirizadas também. Então fique tranquilo, o Partido NOVO, que aqui não se faz política em cima da perna, aqui se faz calculadamente, aqui se faz pensando na população e não pensando em meia dúzia de financiadores ricos; aqui se faz para a cidade de Porto Alegre, para a população de Porto Alegre e não para um partido nanico que cresce como rabo de cavalo, para baixo! Tem algumas exceções, mas a maioria é assim. “Não, não e não”, para esse “não”, vai faltar fôlego daqui a pouco. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para discutir o PLE n^o 043/22.

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): Boa tarde, Presidente Sossmeier, colegas vereadores e vereadoras; é importante e interessante a discussão que vem com este projeto proposto pelo Executivo. Primeiro que tem um equívoco na fala dos dois colegas vereadores que primeiro se manifestaram, Mari e Albrecht, falando em gasto. Investir no funcionalismo público não é gasto, é investimento público. Eu sou aliado à Mari na defesa de reformar as escolas do Município de Porto Alegre, porém, para reformar as escolas, para terminar as obras nas escolas, precisa de engenheiro. Bom, eu, como engenheiro, defendo a criação de cargos públicos da engenharia, da psicologia, da administração, da controladoria... Só o DMAE, que agora o governo fala em privatizar, tinha, há 10 anos, 2.500 cargos públicos e sempre era premiado como uma empresa de saneamento público das melhores do mundo, foi convidada, mais de uma vez, por exemplo, pela prefeitura de Genebra para ir lá levar o exemplo de Porto Alegre como empresa pública de saneamento básico. Hoje o DMAE tem 1.700 funcionários, está se erodindo a inteligência do funcionalismo público e desses profissionais. Portanto, aumentar os cargos do funcionalismo público não é gasto, é investimento público para atender a população de Porto Alegre.

Ver. Cecchim, não dá para fazer um discurso arrasa rua, como se o único certo fosse o governo ou a liderança do governo. Nós temos que discutir a cidade. Nós defendemos, sim, e o Ver. Jonas não foi contra a criação dos cargos, ele foi contra a extinção dos 100 cargos menores que aí estão. Bom, e aí, Presidente, nós apresentamos um projeto de lei, que está iniciando a tramitação, inclusive ele está em Pauta hoje na Casa, para que a o poder público municipal tenha uma responsabilidade exclusiva de proteção aos trabalhadores das terceirizadas. Queremos logo, logo discutir isso para que esses trabalhadores não sejam abandonados, não sejam maltratados; tem empresas terceirizadas que atuam corretamente, recolhem todos os benefícios, pagam em dia, mas tem outras que exploram os trabalhadores, recebem dos poderes públicos e não os pagam.

Ver. Ramiro, que se dirige à tribuna, os bancos do Vale do Silício, os bancos da Suíça, em 2008, quando aquela marolinha no Brasil não fez a cócega que fez no mundo, porque teve um encaminhamento correto do presidente da República na época, quando os bancos quebram, eles procuram quem? Buscam ser socorridos no Estado, buscam dinheiro público. Eu não vi o NOVO vir à tribuna condenar isso. Isso tem que ser condenado, isso sim é desvio de dinheiro público. Como disse o Jonas, o prefeito de Minas, que é do partido NOVO, deu um aumento de 300% no seu próprio salário. Portanto, quando é para beneficiar assim, pode; quando é para beneficiar a população, não pode. Essa é uma discussão filosófica, é uma discussão ideológica daqueles que querem o estado mínimo para, quando precisarem de dinheiro, recorrer aos governos, mas quando precisam atender a população, fragiliza. Nós queremos um estado forte. Nós queremos um estado eficiente. Nós queremos um estado com qualidade técnica. Portanto, este projeto que aí está, para ter novos funcionários públicos qualificados, terá o meu voto favorável. Um grande abraço, muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para discutir o PLE nº 043/22.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Presidente Sossmeier, meus caros colegas, muito especialmente nosso líder de governo Idenir Cecchim, que sabe que lhe tenho apreço pessoal, sabe que podemos eventualmente divergir aqui em relação a alguma matéria, mas sempre de forma muito respeitosa. Já brinquei contigo em algumas oportunidades, que o sangue italiano ferve; alguns me chamam de alemão frio, eu sei que o italiano é quente. Mas eu confesso, Cecchim – e já te falei isso pessoalmente, hoje eu falo da tribuna –, que parece que sempre que alguns colegas – e não sou do partido NOVO – do NOVO fazem algum contraponto aqui a algum projeto do governo, o senhor, na função de liderança, parece ter uma predileção pelo ataque aos colegas de plenário do partido NOVO. Eu queria ver a mesma disposição, muitas vezes, com os colegas

do PT, que passam o dia inteiro aqui atacando o governo do prefeito Sebastião Melo, que votam contra os projetos do governo Sebastião Melo. Os colegas do NOVO, que são independentes, que muitas vezes são o esteio também auxiliando na votação de projetos importantes, não veem na sua fala, como liderança aqui, um ponto de conciliação, um ponto de buscar um meio-termo. Porque vejo que o papel de liderança do governo, além de liderar aqui o nosso papel em plenário, também deveria ser de buscar, na base do bom, o convencimento dos projetos e dos argumentos colocados, para que possa, eventualmente, algum colega que não está convencido, visitar as suas ideias. Eu tenho certeza de que o vice-líder do governo agora, do meu partido, Ver. Moisés Barboza ou a vice-líder Cláudia talvez tivessem um outro tom, que eu gostaria de ver no senhor também, porque eu sei que o senhor tem plena capacidade de fazer isso. Vir aqui colocar que uma colega está se posicionando contra o governo porque quis ser secretária e não foi secretária, foi negada a ser secretária, porque quer concorrer a prefeita? Eu sinceramente acho, meu caro líder Cecchim, que não é essa a melhor forma de fundamentação para defender um projeto, na minha humilde avaliação – de alguém que está há muito menos na caminhada do que o senhor e que admira o senhor pela sua caminhada. Então, de forma muito respeitosa, coloco aqui, porque eu não vejo que isso seja bom para o governo; acho que não é bom para o governo. Na eleição do ano que vem, vai saber se o partido NOVO vai ter candidato ou não vai ter candidato, não sei quem serão os candidatos a prefeito que estarão no pleito. Sebastião Melo está recebendo apoio de partidos, o que é importante, tem feito o governo, está andando pela cidade, tem muitas coisas a mostrar. E eu acredito que esse tipo de discussão, esse tipo de confronto pessoal, muito direcionado, não contribui para o bom debate. Então, fica aqui só a reflexão, com toda a humildade possível, com todo o respeito ao senhor e à sua liderança no intuito de fazer aqui não apenas um desagravo à colega, que eu entendo que é necessário, mas muito especialmente aqui uma construção com o senhor para que a gente possa fazer o debate naqueles pontos que realmente importam para cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para discutir o PLE nº 043/22.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Boa tarde, Presidente Hamilton, todos que nos acompanham, eu ouvi atentamente aqui o posicionamento livre e individual do Ver. Ramiro Rosário e não me espanta que o Ver. Ramiro Rosário, que sobe aqui inúmeras vezes xingando colegas, sendo azedo com colegas sobre posicionamento, vem aqui agora, com tom brando, dizer para um outro colega como ele deve se portar para defender outro colega. Ora, gente, por favor, eu respeito os colegas da oposição pelos seus posicionamentos; eu divirjo e bato nos argumentos. Então, seguindo a linha de bater nos argumentos, nós, aqui, que defendemos que a gestão tem a liberdade de fazer sua própria gestão, eu aqui, muitas vezes, subi na tribuna no governo anterior, que era o nosso governo, líder Idenir Cecchim, e defendi que nós pudéssemos gerenciar o nosso governo, decidir as extinções de cargos, propor ao Legislativo, de forma respeitosa, a criação de outros cargos, porque a dor de administrar uma cidade de 1,5 milhão cabia a nós. Se o Ver. Idenir Cecchim, líder do governo, vem aqui e defende o projeto do governo dizendo que é necessário esse projeto, quem sou eu para atacá-lo? Eu quero deixar muito claro, é engraçado isso; e eu não tenho nenhum problema em dizer isso, porque respeito individualmente a opinião de todo mundo, inclusive a de um colega que está filiado ao PSDB, que é o Ver. Ramiro, mas o Ver. Gilson Padeiro, que é o líder da bancada do PDSB, o Ver. Marcelo, que hoje atua como vice-líder, tem um posicionamento respeitoso sem bater em colega.

Então, Ver. Idenir Cecchim, líder do governo, eu peço, em nome do PSDB, porque foi assim a orientação do líder da bancada, Ver. Gilson Padeiro, até desculpas a V. Exa. por qualquer discurso ou manifestação, para deixar claro que o PSDB não comunga com a abordagem crítica que o Ver. Ramiro Rosário fez, e o projeto que visa à gestão do governo Sebastião Melo, que aqui é liderado

por V. Exa., acompanhado da Ver.^a Cláudia Araújo e, agora, aceitei esse desafio, cabe à gestão e ao governo saber as dores e promover a consulta a esta Casa para o gerenciamento da Prefeitura. Por isso, obviamente, seremos favoráveis ao projeto, e peço desculpas a V.Exa. porque nós batemos em argumentos, nunca em pessoas. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.).

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o PLE n° 043/22. (Pausa.) A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, Presidente. Diretor, eu gostaria que abrisse também a mensagem que temos aqui.

Antes de mais nada, gostaria de reforçar que essa criação de cargos não está aumentando número de professores em sala de aula, onde faltam; não está aumentando o número de enfermeiros em postos de saúde, onde faltam; não está aumentando a Guarda Municipal, onde faltam. Está aumentando engenheiros, técnicos em tecnologia e outras áreas, sem a devida apresentação e justificativa. Esses cargos ficarão para os meus filhos, não ficarão só para a gestão Sebastião Melo, por isso a seriedade do partido NOVO ao defender a importância de trazer uma apresentação a este Parlamento, no mínimo, sobre onde vamos alocar essas pessoas, o que elas farão, porque não se extinguem cargos. Qualquer mudança de função em um profissional como estes irá exigir situação de judicialização, o que acontece muito no Município de Porto Alegre, por desvio de função. Diante dessa situação, eu gostaria de reforçar o nosso posicionamento, que poderia haver alternativa, e não aumentar o gasto em R\$ 15 milhões.

Diante da situação de um ataque pessoal do então líder do governo à minha pessoa, uma vereadora que vem a contribuir; uma vereadora que, muitas vezes, intitulada pelo partido NOVO, coloca a cara a tapa; uma vereadora que não tem medo de fazer; uma vereadora que, se precisar ser prefeita de Porto Alegre,

será; se precisar ser secretária de educação de Porto Alegre, será, porque eu nunca tive medo do trabalho. E me parece que aqui, muitas vezes, querem me calar diante do fato de apontar coisas erradas, mas eu estive lá para trabalhar pelas escolas; eu estive capinando, quando a secretária de educação não quis capinar as escolas, eu estive lá na ponta, e eu tenho certeza de que Porto Alegre precisa de pessoas que façam. Diante da situação de um ataque pessoal do líder do governo, eu trago para vocês o parecer do Tribunal de Contas do Estado. Não é a Ver.^a Mari falando, é o Tribunal de Contas do Estado achando estranha a contratação das telas interativas. Reforço que a instituição La Salle no município de Porto Alegre não tem, o João Paulo não tem, a escola mais cara de Porto Alegre não tem telas interativas nesse valor, com essa especificação que precisa ter 75 polegadas, “x” de memória RAM. Então me parece que estão diante de um líder que quer me calar, tentando silenciar a fiscalização que esta parlamentar quer fazer na educação de Porto Alegre. Eu trago aqui o que pontua o próprio Tribunal, e se o diretor puder aumentar, ele pontua que as licitações mostram irregularidade, que parece que não teve conduta de fiscalização nem de uma equiparação de acordo com o plano pedagógico, num Município onde faltam seis mil vagas. Eu gostaria, e reforço isto, que eu mando depois para todos vereadores no WhatsApp, porque não é a Ver.^a Mari, eu estou trazendo e dando voz a quem está fazendo a fiscalização, ao Tribunal de Contas. Gostaria de reforçar que diminuir a postura de uma vereadora que está fazendo o trabalho é o que a gente não imagina do líder do governo, e eu tenho certeza de que o município de Porto Alegre carece de cargos, mas a gente espera que o governo apresente e não que tente, no grito, aumentar cargos, aumentar custos, não explicar para o porto-alegrense em que irá aumentar e, principalmente, diminuir uma pessoa que foi eleita aqui no Parlamento e tem o mesmo voto que o líder do governo.

Eu gostaria de reforçar que nós, o partido NOVO, não deixaremos que se diminua a pessoa de qualquer parlamentar aqui, sendo mulher, homem, sendo do partido NOVO ou qualquer outro. Então espero que o líder do governo, na

próxima vez que vier a discutir, discuta com fatos e dados e não ataque uma outra parlamentar. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 043/22.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, queria mostrar para vocês aqui algumas falhas do governo; eu quero ver se esses cargos que estão sendo criados vão ajudar nessas falhas – vou mostrar aqui no telão.

(Procede-se à a apresentação.)

VEREADOR JONAS REIS (PT): Vamos ver se vai ajudar, porque tem várias pessoas aí que querem votar favorável, mas nós temos problemas de várias montas no Município. Aqui, por exemplo, é a Cidade Baixa. Vocês acreditam que isso aqui é a um quilômetro de distância da Câmara de Vereadores? Essa foi a situação da última semana no Menino Deus, na Cidade Baixa, no Centro Histórico; limpeza urbana. Sabe por quê? Está quase toda terceirizada, quase tudo é com empresas. Criaram aquele mito de que traz os caminhões de contêiner e resolve. Sabe o que acontece? Vem o caminhão, levanta o contêiner, leva o lixo e não vem nenhuma equipe atrás para limpar ao redor das lixeiras, desses contêineres. Fica o lixo acumulado depois que o caminhão vai embora. Eu quero fazer uma reivindicação ao setor de limpeza urbana da Prefeitura: passa o caminhão, depois tem que vir uma equipe, não dá para deixar. No Nacional do Menino Deus, esse Nacional aqui, entre a Cidade Baixa e o Menino Deus, ali tem uma lixeira que, gente, é um foco de insetos, é um fedor... Ali onde tinha um bar, até recentemente, até que a Prefeitura intercedeu para fechar o bar; o bar foi fechado, o empreendimento, mas a lixeira na frente continua uma podridão, porque não vem uma equipe. Gente, a sede do DMLU é na Azenha.

Será que não tem ninguém, nenhuma equipe? Aí, qual é o problema? O problema que eu identifico aqui é que estão criando só cargos de um tipo de escalão na Prefeitura, e tem serviços históricos que hoje não estão tendo a devida fiscalização. Sabe por quê? É a terceirização desenfreada, sem fiscalização. O líder do governo, que me antecedeu, veio aqui e falou: “Ah, estão criando cargos para pessoas fiscalizarem...” Bom, mas eu acho que o governo está aí há mais de dois anos. Se não aprendeu a fiscalizar, vai aprender a um ano e meio? Tem um ano e meio ainda, um ano e sete meses, vai aprender a fiscalizar as empresas? Não é aceitável que o cidadão contribua com a taxa no IPTU, todo mundo que mora na Cidade Baixa, no Centro Histórico, no Menino Deus paga IPTU, vem o documento ali, a taxa de lixo, mas para onde está indo a taxa de lixo? Esse é o meu questionamento, o básico do básico. Aqui fala aqui em extinção de cargos e tal, fala em extinguir dez maquinistas; e eu fico pensando: não tem mais ruas de saibro, de chão batido na cidade que precisam de maquinistas, de trabalhadores? Tem sim, a Zona Leste está crivada disso, o Extremo-Sul, mas aí são empresas. Essas empresas, eu quero dizer para vocês, muitas vezes não são fiscalizadas como deviam, o problema está na fiscalização, porque a gente elege um prefeito para ser o gestor, e sabem o que ele faz? Ele fica aí andando pela cidade sem exercer a sua função devida, ele tem que saber o que se passa nesse departamento, não pode a toda hora ele vir aqui e a gente ter que mostrar para o prefeito. Prefeito, senhor tem que ter uma equipe na limpeza urbana, pelo menos – vamos começar por isso, não vou nem entrar em outros assuntos – uma equipe na limpeza urbana, e quero aqui me somar aos debates.

Estamos no meio de maio, já terminou o primeiro trimestre, e ainda faltam professores. Na escola Pessoa de Brum, líder Cecchim, faltam doze professores; como a secretária, que está lá há mais de um ano, não sabe fazer a previsão, em novembro? Eu até queria solicitar que o senhor fizesse lá um *workshop* – eu sei que o senhor é gestor –, um *workshop* com a Sônia: “Olha, Sônia, nós vamos explicar para a senhora planejamento empresarial”, para ela planejar em novembro ou dezembro, porque não pode chegar em maio faltando doze

professores numa escola porque ela não está fazendo seu dever, pois o salário dela está em dia, mas a cidade quer serviço. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação a Mensagem Retificativa nº 01 ao PLE nº 043/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Registramos a intenção da Ver.^a Mari Pimentel e do Ver. Tiago Albrecht de votar contrariamente à Mensagem Retificativa.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Mari Pimentel, o PLE nº 043/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 30 votos **SIM**; 3 votos **NÃO**.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Presidente, quero agradecer aos 30 vereadores e dizer para a Ver.^a Mari Pimentel que eu não preciso fazer ela calar.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feito o registro.

Vereadora Mari Pimentel (NOVO): Eu tenho certeza que nenhum vereador precisa vir aqui falar de outro vereador fazendo aparte, nós temos tempo de liderança, nós temos outras discussões e podemos debater ideias. Obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feito o registro.

Em discussão o PLE 006/23. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jonas Reis, o PLE nº 006/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 33 votos **SIM**.

Gostaria de fazer um registro: o Ver. Idenir Cecchim ganhou o dia hoje, recebeu um elogio da tribuna do Ver. Jonas Reis!

Em discussão o PLE nº 008/21. (Pausa.) Não há quem queira discutir. (Pausa.)
Em votação o PLE nº 008/21. (Pausa.) O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, esse projeto é muito importante – é singelo, mas é muito importante – para manter as crianças nas escolas. Agora é o momento de nós termos o apoio da Ver.^a Mari Pimentel. Para manter as crianças na escola, nós estamos criando uma poupancinha para aquelas crianças que vão para escola, que se comportam, enfim, nós queremos que as crianças terminem principalmente o ensino fundamental, que é a parte principal, que é onde começa a formação dos alunos, Ver. Ferronato. É importante que se vote este projeto, a Emenda nº 01 do Ver. Gilson Padeiro é uma emenda muito boa, Ver. Gilson, que esclarece. Então eu recomendo que a Emenda nº 01 seja aprovada, com a Subemendas nºs 01 e 02. A Emenda nº 02, infelizmente, não temos como acatar, então eu encaminho para que a Emenda nº 02 seja rejeitada e o projeto aprovado logicamente. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 008/23.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde Presidente, colegas vereadores, público nos acompanha. Volto para falarmos de educação, falarmos de um projeto importante para a cidade de Porto Alegre, uma cidade onde a evasão escolar é uma realidade, é uma realidade principalmente nos últimos anos do fundamental e do médio. Esse projeto vem ao encontro do que sempre falamos com a Secretaria de Educação, vem ao encontro de estudos do nosso próprio gabinete junto à Secretaria de Educação. Por isso dizer que nós somos oposição, que nós falamos sem propriedade é um pouco triste, mas agora nós vamos votar “sim”, porque nós ajudamos a construir esse projeto. Que

importante que Porto Alegre está olhando para suas crianças, que importante que Porto Alegre está entendendo que a evasão escolar é um desafio. É muito importante esse projeto ser aprovado, já foi pautado e estão sendo alteradas algumas questões, como a importância de manter o saque só quando concluído o ensino básico do jovem.

Temos também algumas alterações que a gente entende que o Executivo não conseguiu implementar, que era um saque bimestral. Nós não iremos criar problemas, nós entendemos a dificuldade e já demos anuência de manter o saque anual. Eu gostaria de reforçar, e até aqui com a liderança do PSDB, a importância desse projeto ser casado com o projeto do governo do Estado também, porque nossas crianças são uma só, o nosso aluno é um só, a educação é uma só, Ver. Claudio Janta, e o que a gente tem são duas redes atuando com esse mesmo aluno. Que governo municipal e o governo estadual dialoguem, conversem, criem um cartão único, afinal, nós precisamos ter uma política a única de educação e não uma política de governo. Por isso encaminho o voto “sim” e gostaria de reforçar a minha vontade do diálogo entre o governo do Estado e o Município na construção de uma política única de combate à evasão escolar. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 008/23.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Vou encaminhar aqui de baixo, Presidente, porque é rápido o encaminhamento. Só quero esclarecer aos colegas que o objetivo desse projeto, da emenda do Ver. Gilson Padeiro e das Subemendas nºs 01e 02 é que a criança, no final do ano, ela possa retirar esse recurso. Muitas vezes esse é um recurso que vai ajudar no montante. Então, à Emenda nº 02 nós encaminhamos contrários – fizemos coro a isso –, porque ela prevê um parcelamento de retirada disso, não dando o volume necessário que a criança precisa no final do ano. Seria esse o encaminhamento. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 008/23.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Eu nem vou precisar encaminhar lá porque o Janta veio no mesmo raciocínio. Eu peço a compreensão do Ver. Culau, porque ele quer bimestral ou trimestral. O certo é anual. Se nós estamos tentando corrigir a evasão, nós podemos, com essa emenda, possibilitar a evasão, ou seja, vai lá e está pensando só no dinheiro. Não, importante é crescer a sua capacidade de conhecimento na escola, isso é um prêmio, uma valorização. Nesse sentido nós também entendemos que a Emenda nº 02 prejudica o projeto, aquilo que é o mais essencial do projeto. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 008/23.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, serei muito breve no encaminhamento a esse projeto de lei. Agradeço ao nosso líder Vereador Pedro Ruas pela possibilidade de representar a nossa bancada neste momento e aos meus colegas do PSOL, Ver.^a Karen Santos e Ver. Roberto Robaina. A iniciativa desse projeto é muito importante, por isso parablenizo a todos os envolvidos na sua construção. Porto Alegre tem cronicamente um problema de evasão escolar. É muito difícil para as nossas crianças da rede própria de educação, que conta principalmente com escolas bastante periféricas em regiões de grande vulnerabilidade social, se manterem, muitas vezes, nos espaços escolares para concluir o seu ciclo de educação básica. Mas precisamos também enfrentar outros problemas que agravam a evasão. O corte do meio passe estudantil traz problemas graves econômicos para muitas famílias

da cidade de Porto Alegre. O prefeito trouxe um projeto de lei, acabou com o meio passe escolar e concedeu 100% de isenção, 75%, 50% e 25% para pouquíssimas famílias nesta cidade. Várias delas não conseguem viabilizar a documentação extensa exigida, não têm ao seu dispor nenhum tipo de redução tarifária e, sim, o preço da passagem é grande. Aí, talvez, o vereador líder do governo venha a essa tribuna criticar a minha fala, mas vivemos em um momento pós-pandêmico em que a maioria da população, principalmente a população da periferia, se encontra em situação de penúria. Nós temos um alto índice de desemprego, fome pela nossa cidade. Portanto, não podemos tratar, única e exclusivamente, esse projeto como a salvação e a garantia de que não vai mais haver evasão escolar. As nossas crianças que buscam a sua escolarização nas escolas públicas da nossa cidade precisam de meio passe estudantil, isso alivia o bolso das famílias, que poderiam destinar os seus recursos para garantir segurança alimentar para suas famílias.

Portanto, o problema não é simples, muitos dos nossos jovens não conseguem concluir os seus estudos – e tivemos uma reunião bastante proveitosa na CEDECONDH, ontem, falando sobre trabalho infantil –, porque precisam aumentar a renda familiar, contribuir, isso é triste, mas é extremamente impactante. As nossas crianças precisam de ajuda, esse projeto é uma forma de ajudar? Sim, mas o problema é grave demais, o meio passe estudantil precisaria retornar à nossa cidade para dar uma melhor flexibilidade orçamentária para as famílias garantirem comida na boca dos seus filhos. A periferia está na penúria, e não há perspectiva de melhoria em um curto espaço de tempo. Portanto, peço a sensibilidade do prefeito para que volte atrás na sua ideia de acabar com o meio passe estudantil, retroceda nesse processo, garanta o direito das nossas crianças poderem ir à escola, reduzindo tarifa. É importante isso, é uma iniciativa que beneficiaria uma grande parcela da população, principalmente a população da periferia da nossa cidade. Um grande abraço. Votaremos, como bancada do PSOL, favoravelmente a essa iniciativa, porque a vemos como positiva para a população.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 008/23.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha este debate. É importante aqui nós lembrarmos da população, pois muitas vezes não temos a oportunidade de discutir a educação. Um dos problemas do Brasil é que, em comparação aos países desenvolvidos, é só aqui que se inventou essa escola de um turno só, a criança vai para a escola num turno, e no outro turno, fica onde? Nos países desenvolvidos, é o dia inteiro na escola, é tempo integral. No Brasil, a criança fica um turno e todo mundo acha que é legal, que isso é uma grande conquista. Não é só isso: nós temos o Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014, e prefeituras, estados, governantes de vários partidos dizem sempre que a prioridade é a educação, mas até agora nós temos milhares de crianças fora das escolas do Brasil porque não são feitas escolas. Eu quero dizer que o governo Lula, na semana passada, anunciou que vai ter mais de um milhão de matrículas em escola de tempo integral – essa é a escola que nós temos que ter! –, o Ministro Camilo Santana anunciou isso, com o Presidente Lula. Nós temos que ter escola de dia inteiro e a criança lá dentro. Eu acho que essa política que o governo municipal apresenta da permanência é importante, mas há outro conjunto de políticas que o Brasil precisa pensar. Vereadores, nós estamos vivendo um apagão! As licenciaturas estão ficando com vagas ociosas aqui nas universidades públicas da capital; as pessoas não querem fazer. Sabem por quê? Porque não há um plano de carreira nacional do magistério. Um país que paga mais para juízes, desembargadores, procuradores e paga mal seus professores, que incentivo é esse? É claro que essas políticas de permanência do aluno na escola são importantes. Eu mesmo, à época, era assessor do governo Tarso Genro, e nós criamos uma proposta de bolsa permanência para o estudante de ensino médio que, muitas vezes, acaba abandonando a escola para trabalhar, porque precisa ajudar a família, a remuneração é baixa, aí os jovens acabam saindo da escola. A evasão, gente, sabem por que acontece a

evasão? Porque o aluno vai para a sinaleira; de manhã, ele vai para a escola e, de tarde, ele está na sinaleira. Caminhem por Porto Alegre e vocês verão o absurdo das crianças das periferias de volta às sinaleiras, cenário lá da década de 1990, porque a miséria aumentou. Nós não podemos achar que uma política só vai resolver os problemas. A educação nacional, quando os políticos não investem, é um projeto – é um projeto! –, porque eles não querem que os filhos dos trabalhadores ascendam socialmente, essa é a vergonha. O governo Lula está de parabéns porque vai pensar uma escola de tempo integral, mas nós temos que avançar muito mais do que isso. Nós não podemos ter crianças, ao meio-dia, saindo da escola e entrando outra leva no início da tarde. Nós temos que construir mais escolas! Alô, prefeito, quero fazer um pedido ao senhor: ontem, a Comissão de Educação esteve na Lomba do Pinheiro, e a comunidade pediu uma escola lá na Quinta do Portal, pediram escola de ensino fundamental. Prefeito, por favor, peça à secretária de Educação que faça o estudo lá da demanda reprimida da educação infantil e do ensino fundamental e ajude aquela comunidade. Se cada governante um pouco fizer, nós vamos mudar o cenário deste País; e este País não muda sem educação, não muda sem valorização do magistério, não muda enquanto escolas tiverem problema de caixa d'água, este País não muda enquanto as crianças não tiverem acesso à internet. Sabem por que, na pandemia, tivemos dificuldades na escola pública? Porque a internet não está lá! Vejam bem, os políticos tem internet e a escola pública brasileira não tem. Nós precisamos construir um novo País, mas é pela educação, é fortalecendo o magistério, as demandas da escola, este projeto ajuda nisso. Mas é preciso um gesto muito maior, os deputados federais e os senadores, nesse início de legislatura, foram lá e votaram o aumento do seu salário enquanto o magistério público brasileiro ganha uma mixaria. Não dá! Enquanto nós continuarmos vendo o Judiciário com privilégios, o Legislativo, a classe política, e a escola pública abandonada, não dá. Nós precisamos fortalecer mais, este projeto tem o meu apoio.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 008/23.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente Hamilton, demais vereadores, público que nos assiste; este ano me tocou ser presidente da Comissão de Educação da Câmara Municipal de Porto Alegre. Tenho aprendido muito na Comissão, porque temos escutado as pessoas voltadas à educação e, ontem, inclusive, fizemos uma reunião da CECE e a EMEF Heitor Villa Lobos, na Lomba do Pinheiro, na Vila Mapa. Eu tenho que concordar com o Ver. Jonas com o quanto seria importante as escolas serem em turno integral.

A Escola Villa Lobos tem um trabalho excepcional não só na robótica, em que ganhou um prêmio e teve, inclusive, o apoio da Prefeitura – que deveria ser maior ainda. Eu quero propor ao Executivo que tenha valores previstos no orçamento para as escolas municipais, para que tenham a oportunidade de participar de concursos como este de que participou a Escola Villa Lobos, que foi nos Estados Unidos. Às vezes, o recurso não está previsto no orçamento e aí, por mais que a Prefeitura queira, fica com dificuldade de liberar o recurso no momento, porque não tem a rubrica certa. Então, proponho que, no próximo orçamento, estejam previstos recursos para ocasiões como essas: escolas que venham a participar de algum concurso fora do Município de Porto Alegre. Ver. Airto Ferronato, um excelente vereador na área de finanças e orçamento, nos ajude para que a Câmara construa isso. Não quero que o Ver. Mauro Pinheiro construa, mas a Câmara tem que construir e prever, porque não adianta ficarmos dando discurso que somos a favor da educação e não ter ações concretas. Quando estivemos, ontem, na Escola Villa Lobos, tenho certeza que a grande maioria dos vereadores já conhece, vimos o trabalho que eles fazem no contraturno, de robótica, da Orquestra Villa Lobos, da educação física, tem uma equipe de vôlei... Então, é um trabalho que é feito pela escola e que tem um resultado impressionante de manter as crianças junto da escola e preparando-as para o futuro, tendo um contraturno que oferece algo que chama a atenção das crianças, melhorando a qualidade do nosso ensino. Eu sou totalmente favorável,

a única coisa que contraponho ao vereador que me antecedeu é que, se nós queremos realmente modificar a educação e transformar num turno integral, nós precisamos de recursos, e não é no município de Porto Alegre somente que precisamos fazer isso, é no País. Então, o governo federal, que tem a maior parte do recurso, é que tem que fazer esse aporte, para que a gente transforme a educação do nosso País. Nós podemos, sim, com recurso municipal, fazer um pouquinho ali, um pouquinho lá, melhorar uma escola aqui, outra ali; mas o que nós precisamos mesmo é do aporte federal, porque é lá que está o recurso, mais do que construir escolas – que são importantes, Ver. Alex, que é professor. Mais importante do que construir uma escola é manter a escola viva, é ter recurso para que a escola sobreviva. O prédio foi construído e vai permanecer lá por 20, 30, 40 anos, mas os professores e a estrutura para funcionar? O governo federal constrói o prédio, e o Município se vira depois? Nós sabemos que o custeio é muito mais caro do que a construção de um prédio; então não basta o governo federal construir um prédio, tem que dar recursos, aporte financeiro no dia a dia, para que o Município possa implementar uma educação de nível, de um nível que todos nós queremos. Portanto, eu quero ver o governo federal não só construindo escolas, mas repassando recursos para manter essas escolas vivas com um projeto de turno integral, e é o governo federal que tem que fazer esse aporte para que o Brasil realmente tenha uma educação de qualidade, e o futuro que todos nós esperamos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 008/23.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Presidente, para não usar o tempo de discussão e encaminhamento e para ganharmos tempo, eu quero me referir ao pronunciamento do Ver. Mauro Pinheiro e quero registrar que concordo na íntegra. A escola Villa Lobos conquistou um espaço que levou o nome de Porto Alegre para o País e para o mundo todo. Portanto, a ideia de apresentar no

orçamento, de o orçamento conter recursos para viabilizar esse tipo de participação, eu concordo. Vamos fazer o seguinte vereador: ou a proposta vem do Executivo, ou nós, através de V. Exa., apresentamos uma emenda para colocar recurso para esse tipo de ação que é importante para Porto Alegre e para a nossa criançada daqui da cidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação da Emenda nº 01 ao PLE nº 008/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação a Subemenda nº 01, à Emenda nº 01, ao PLE nº 008/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação nominal, solicitada pelos vereadores Idenir Cecchim, Claudio Janta, Cláudia Araújo e Fernanda Barth, a Emenda nº 02, ao PLE nº 008/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 9 votos **SIM**; 24 votos **NÃO**.

Em votação o PLE nº 008/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLE nº 003/23. (Pausa.) O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Colegas vereadores, telespectadores da TVCâmara, Sr. Presidente; é um importante projeto que valoriza a nossa Guarda Municipal, nossa futura polícia municipal, que é o primeiro braço da segurança pública do município de Porto Alegre. Nós votamos um projeto importante aqui que baixou a idade de ingresso para Guarda Municipal para 25 anos; hoje, para ingressar na Guarda, até 25 anos, assim como acontece na Brigada Militar. Eu moro no Centro de Porto Alegre e presenciei esses dias uma senhora que teve a sua corrente arrancada do pescoço por um marginal de 20 anos. Ele saiu correndo, e o Guarda Municipal, com 50 anos, bem equipado, bem intencionado, bem treinado, correu atrás, mas

fisiologicamente não é possível. Então, além de equipar a nossa Guarda Municipal com armamento, com viatura, com helicóptero, com uniforme, com as novas tecnologias, de baixar a idade para 25 anos, nós vamos contratar guardas municipais. São pequenas coisas: regulamentar, por exemplo o símbolo, o brasão da Guarda Municipal já ajuda bastante. Nos Estados Unidos, na Europa, nós temos a nossa polícia municipal, e em pouco tempo nós vamos aprovar, na Câmara Federal, a polícia municipal, e a nossa Guarda Municipal vai poder ter legitimidade para combater os pequenos delitos, não apenas a defesa do patrimônio do Município, como diz a nossa Constituição da República Federativa do Brasil. Cada uma das polícias tem sua função constitucional: a Brigada Militar é policiamento ostensivo e preservação da ordem pública; a polícia civil é a polícia judiciária dos estados; a polícia federal é polícia judiciária da União e assim por diante. Nós somos da polícia penal, a antiga Susepe agora é Polícia Penal, foi aprovada em 2019, são 7 mil policiais penais no Estado, 150 casas prisionais, 43 mil seres humanos em situação de prisão, e a polícia penal faz um excelente trabalho. Então, que seja utilizado como paradigma, assim como a Polícia Rodoviária Federal, alguns anos atrás, era defasada, tinha pouca estrutura, hoje é uma potência a nossa Polícia Rodoviária Federal, assim como está sendo reestruturada a Polícia Penal Gaúcha. Esperamos que num futuro próximo nós possamos reestruturar e colocar muitos recursos para que a nossa Guarda Municipal, futura polícia municipal, possa exercer um trabalho de excelência aqui no Município de Porto Alegre, porque onde as pessoas têm a segurança pública, onde tem a sensação de segurança, voltam a consumir, a gerar tributos para serem reinvestidos em educação, saúde, segurança e programas de desenvolvimento. Então, vida longa à nossa Guarda Municipal, vida longa à nossa polícia municipal, porque Porto Alegre não pode parar.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLE nº 003/23.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Venho aqui neste debate, porque eu acho importante, sim, termos brasão para a Guarda, mas mais do que isso a gente precisa aumentar os efetivos e reconhecer essa carreira. É preciso reconhecer estes que estão aí, muitas vezes arriscando suas vidas para fazer a segurança, e hoje há uma defasagem salarial na Prefeitura da ordem de 30 por cento. O vereador que me antecedeu não falou isso. Ele não lembra que os guardas municipais têm conta para pagar. Eles têm conta para pagar, vereador, eles precisam comer, se alimentar. Não adianta só fazer elogios, o senhor tem que aqui defender carreira, e isso é remuneração justa, é garantir qualidade no serviço, não pedir que eles façam por amor. Vocês já viram alguém trabalhar só por amor? O vereador que me antecedeu não trabalha só por amor, chega final do mês cai na conta, cai na conta o subsídio de vereador. Vereador, o senhor precisa vir aqui e apoiar os guardas municipais na sua reivindicação justa junto à Prefeitura de Porto Alegre, que é o pagamento da inflação. Então vamos intermediar uma reunião para isso, já que o senhor faz parte do governo. Então só elogio, elogio... Quero agradecer aqui as forças de segurança também; no período eleitoral, teve uma confusão no Centro Histórico, tinha candidato extremista lá, da turma do Bolsonaro, fazendo arruaça no Centro Histórico. Veio a segurança, autuou, pegou e levou, e é assim que tem que ser. Parabéns, minhas palmas a vocês da segurança, que não deixam esse pessoal fazer bagunça na rua. Tem que ter respeito, e eleição se decide na discussão dos bons argumentos, dos votos. Então, parabéns aqui pela proposição do brasão; parabéns aos guardas municipais, mulheres e homens. Contem sempre com o nosso apoio pela valorização salarial; afinal de contas, o boleto no final do mês grita, e quem é que vai pagá-lo?

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o PLE nº 003/23.
(Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Eu gostaria de agradecer a todos os vereadores da situação, da oposição e do NOVO, que também votaram nos projetos aqui. Obrigado. A partir de agora, o plenário já cumpriu o seu dever.

Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Revoredo Ribeiro, ex-vereador, que ocorreu agora há pouco, um grande vereador – sou amigo da família, tenho muito orgulho de ser amigo do Álvaro, dos filhos.

Vereador Cassiá Carpes (PP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Áureo Malinverni, ex-zagueiro histórico do Grêmio, que faleceu hoje. Representou muito bem o futebol gaúcho no passado, na década de 1960.

Vereador Claudio Janta (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, assim como o Ver. Pedro Ruas, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Afonso José de Revoredo Ribeiro, que nos deixou no dia de hoje.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, tendo atingido nossas metas, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Eu vou só fazer uma solicitação, Ver. Claudio Janta. Nós temos um projeto do Ver. Alvoni Medina... Em votação o requerimento de autoria do Ver. Alvoni Medina para que o PLL nº 374/22 seja o primeiro da priorização na próxima sessão. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADO.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Claudio Janta. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Treze vereadores presentes. Não há quórum.

(17h26min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA

Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h27min.)